



AFGANISTÃO E IRÃ: DOIS CAPÍTULOS DO MESMO PROCESSO HISTÓRICO

Manoel Pio Corrêa Junior

Ex-Embaixador do Brasil no Irã, México, Uruguai e Argentina. Atual Diretor-Presidente da Siemens S.A.

Os dois pontos álgidos do panorama mundial neste momento são, inquestionavelmente, o Afeganistão e o Irã (recuso-me a escrever "Afeganistão" pela mesma razão que não aceitaria escrever "adevogado" ou "submarino"). Ali se oferece a interface mais sensível entre os dois mundos opostos e inevitavelmente inimigos, o dos Estados Unidos da América e o da União Soviética. Ali se roçam diretamente, em incômodo e inflamado atrito, as epidermes dos dois gigantes. Para ali se voltam os olhares e as expectativas temerosas de todas as Nações do planeta, aguardando com apreensão o próximo lance desse confronto.

Para avaliar e compreender corretamente aquele duplo problema, convém, no entanto, como para todo episódio da vida dos povos, remontar ao passado e buscar a luz da História para a boa inteligência dos acontecimentos presentes.

O que ocorre hoje não é mais, com efeito, do que novo lance em um processo de longos antecedentes históricos, fundado na oposição de interesses geopolíticos antagonônicos e de extrema importância: não se creia, pois, que a invasão do Afeganistão pela U.R.S.S. foi um gesto impensado e leviano, muito menos uma imprudência. Foi, indubitavelmente, um ato deliberado e inscrito em uma seqüência lógica, e devidamente calculados seus riscos, com escassa margem de erro possível — como é aliás geralmente o caso nas iniciativas do Governo russo — de todos o que mais estritamente se cinge, através dos tempos, à consecução de seus Objetivos Nacionais Permanentes.

Esses Objetivos Nacionais não variaram, da Rússia Tzarista à Rússia comunista. Eles se delinearão em forma reconhecível com Pedro, o Grande, e foram perseguidos com admirável tenacidade e

constância desde então até hoje. Durante três séculos — o XVII, o XVIII e o XIX — a Europa gastou rios de ouro e verteu torrentes de sangue para impedir que a Rússia os alcançasse; no século XX, o Tratado de Versalhes abriu o caminho para a sua consecução, e mais tarde Roosevelt os ofereceu "de bandeja" ao seu amigo Stalin, fazendo caso omisso da fúria impotente de Churchill e passando por cima das aspirações, interesses, direitos e vontade de uma Europa exangue.

Entre tais Objetivos avultavam três: a hegemonia sobre o Vale do Danúbio, o acesso a bases navais livres de gelo durante o ano inteiro, o domínio dos Dardanelos como chave do Mar Negro e porta de acesso ao cobiçado Mediterrâneo.

A Guerra da Criméia representou um duro revés para a consecução dos objetivos da Rússia, cuja derrota frustrou (frustração que seria repetida em 1877) as suas esperanças de manumissão sobre os Principados do baixo Danúbio, vassallos da Porta Otomana. O Império Austro-Húngaro não participou da guerra ao lado da Grã-Bretanha e da França; mas mantinha forte e vigilante domínio sobre o médio curso do rio. O Império russo, após sua derrota, achava-se fora de estado de renovar qualquer tentativa nessa direção, e muito menos em direção ao Mar do Norte, em cujas praias velava uma Prússia em pleno e pujante progresso militar, e em cujas águas cruzavam as esquadras britânica e francesa.

Nessas condições, a Chancelaria Imperial resolveu voltar-se para o Oriente, e retomar desígnios, aliás já antigos e nunca abandonados, em direção da Ásia. Ano após ano, os exércitos russos entravam em campanha para a conquista metódica das estepes da Ásia Central,

subjugando sistematicamente as Nações de religião muçulmana e de raça mongólica que as habitava, e que hoje se acham incorporadas ao império soviético sob uma forma de colonialismo impune e invulnerável, que permanece curiosamente incólume e inquestionado nesta era de anti-colonialismo universal.

Nessa "Marcha para Leste", na qual o Daghestan e o Turquestão, com o Emirado de Bokhara e os Khanatos de Kokand e de Khiva, representaram etapas e vítimas de mais ou menos fácil deglutição, o Afganistão tornou-se objetivo de primordial interesse, por uma simples e clara razão: é que o Afganistão poderia ser, para a Rússia, a chave da Índia, que ela cobiçava não menos avidamente do que a Grã-Bretanha — a qual por sua vez nele tinha não menos vivo interesse, e exatamente pela mesma razão: o domínio do Afganistão constituiria o ferrolho na porta traseira da Índia, contra as ambições russas.

O Afganistão transformou-se, assim, na meta comum de uma verdadeira corrida entre o Urso moscovita e o Leão britânico, porfiando cada um em lá chegar primeiro.

Quem chegou primeiro foi o Leão: tropas da Rainha Victória, em campanhas sucessivas, conseguiram invadir o Afganistão, e ocupar tanto Cabul como Kandahar — onde o general Roberts conquistou, com a vitória, uma coroa de Conde e o título de "*Lord Roberts of Kandahar*".

O Afganistão, no entanto, revelou-se um osso singularmente duro de roer, dado o ardor bélico e a altivez indomável de suas tribos. A Grã-Bretanha optou finalmente por retirar as suas tropas, fechando o ferrolho das Portas da Índia na garganta eminentemente defensível do desfiladeiro de Kahybar. O Afganistão

tornou-se então, por acordo tácito, um "Estado tampão" entre os dois Impérios rivais, sua neutralidade entre eles sendo o preço de sua independência.

Restava, porém, entre o Afganistão e as fronteiras do Império Otomano, um outro e bem mais vasto campo no qual se defrontavam desde o século XVIII as ambições das duas grandes potências: a Pérsia, fraca, desarmada, mas cuja ardilosa política pendular, apoiando-se alternativamente em uma e na outra das potências rivais, permitia-lhe resguardar uma ampla medida de independência, ao afagar as esperanças ora de uma, ora de outra, para secreto gáudio dos soberanos persas. O grande Shah Abbas, ao receber sucessivamente duas Embaixadas, uma britânica, outra russa, pôde exclamar devotamente: "Em verdade Allah é grande! Ele faz com que estes cães de infieis venham dos confins do mundo porfiar em quem me trará mais ricos presentes, disputando a minha aliança!"

No século seguinte, e no princípio do atual, a rápida decadência da dinastia Kadjar arrastou o enfraquecimento econômico e militar do país, colocando-o na impossibilidade de oferecer maior resistência às ingerências políticas das duas grandes potências em seu longo duelo pela supremacia na área. Ambas, finalmente, como no caso do Afganistão, optaram por evitar o confronto direto, com a diferença de que, na Pérsia, cada uma definiu uma zona de influência própria, e reconheceu a alheia; isto é, a Rússia reivindicou como sua esfera de influência as províncias septentrionais limítrofes com o seu território, e a Grã-Bretanha as meridionais, ribeirinhas do Golfo Pérsico ou limítrofes com o Império da Índia. Entre essas zonas de influência direta, permanecia uma extensão territorial na qual a Coroa persa

exercia uma precária soberania, "terra de ninguém" do ponto-de-vista do jogo dos grandes interesses mundiais, mas sempre vulnerável, em caso de crise, à pressão desses interesses, e foi, aliás, o que se deu mais de uma vez.

No quadro da Primeira Guerra Mundial, dois fatos, de maior importância estratégica e econômica, viriam brusca e aguçadamente as tensões externas pelas quais o Irã se via premido, e projetá-lo ao primeiro plano de graves preocupações das potências beligerantes.

Um desses fatos foi a decisão do Almirantado britânico, prévia de alguns anos ao conflito, mas que a partir de então passava a arrastar implicações seríssimas no plano da política internacional, de substituir o carvão pelo óleo para aquecer as caldeiras dos navios da Armada Real. O outro foi a entrada em guerra do Império Otomano ao lado dos Impérios Centrais.

A primeira tentativa para anular a ameaça militar da Turquia consistiu na desastrosa idéia do jovem Churchill, então Primeiro Lord do Almirantado, de um ataque frontal contra o coração do império turco: os Dardanelos e Constantinopla; ela cifrou-se pelo fragoroso fracasso do desembarque de Galipoli, frente a forças turcas inesperadamente determinadas e disciplinadas, comandadas pelo excelente general alemão Liman von Sanders. Ante o insucesso, a Grã-Bretanha optou por três tipos de ação estratégica, a fim de afastar qualquer ameaça turca contra o Canal de Suez, de importância vital para a segurança das comunicações com a Índia. A primeira, foi a "desestabilização" das províncias e protetorados árabes do Império Otomano, fomentando e explorando ressentimentos e aspirações de suas populações: o legendário Lawrence organiza,

inspira e dirige ações de guerrilha contra as forças turcas na Palestina e na Arábia, incita à dissidência os Emirados Hachimitas da Transjordânia e do Iraque, fomenta a rebelião entre as tribos beduínas, prepara o terreno para o segundo lance, que é a brilhante ofensiva do exército de Allenby a partir do Canal de Suez (seguindo uma rota vitoriosa já percorrida antes dele), nos mesmos campos de batalha onde triunfara, três mil anos antes, outro conquistador vindo do Egito: Ramses II. Armageddon e Gaza são novamente nomes de vitórias. A galharda campanha de Allenby, concebida essencialmente como uma série de ações de tropas a-cavalo — massas de cavalaria e de infantaria montada —, envolvendo inclusive a última carga com lanças de toda a História, teve seu desfecho na junção com os irregulares de Lawrence no triunfante tropel da entrada em Damasco. Após essas duas iniciativas estratégicas conjugadas, uma terceira teve lugar no teatro de operações da Mesopotâmia, articulada por sua vez com a ofensiva russa no eixo Kars-Erzerum, contornando assim, e fechando entre as pontas de uma tenaz, o flanco oriental turco. Essa manobra envolvente conduziu logicamente tanto os russos como os britânicos a invadir o território iraniano, tanto por motivos militares (cobrir o seu próprio flanco a Leste) como políticos (estabilizar a vacilante fidelidade do governo persa) e econômicos (no caso dos britânicos, ocupar as regiões petrolíferas da Mesopotâmia e do Golfo Pérsico).

A já frágil dinastia Kadjar não resistiu ao impacto da ocupação anglo-russa, que ela própria de certo modo provocara pelas suas visíveis vacilações no apoio a seus aliados teóricos. O último soberano Kadjar foi destronado, e a coroa arrebatada por um enérgico general, antigo

soldado da Brigada Cossaca instruída por oficiais russos, Reza Khan, que assim fundou a efêmera dinastia Pahlevi.

Na verdade, por uma convenção concluída em agosto 1907, a Grã-Bretanha e a Rússia haviam-se reconhecido mutuamente o direito de garantir os seus interesses na Pérsia, nas zonas de influência respectivas, a saber, o Norte do país para a Rússia e o Sul para a Grã-Bretanha. A ocupação militar apoiava-se, portanto, nos termos do acordo vigente, e era justificada pelas simpatias mal dissimuladas do governo iraniano pela causa da Alemanha e da Turquia; mas fazia caso omisso da soberania da Pérsia, e irritava profundamente o sentimento nacional.

Por volta de 1920 haviam já deixado o território iraniano a maior parte das forças estrangeiras; mas um novo fator se perfilava, a saber, a substituição na Rússia do regime czarista pelo comunista. O governo soviético pensou em assegurar-se uma posição privilegiada no Irã repudiando em aparência a política impopular de seus predecessores (e da Grã-Bretanha), e celebrou com o governo iraniano o Tratado de Amizade de 26 de fevereiro de 1921, pelo qual renunciava aos seus privilégios históricos e afirmava o princípio de não-intervenção nos negócios internos no Irã. O Tratado continha, porém, uma ardisosa cláusula pela qual "caso uma terceira potência tentasse praticar uma política de intervenção armada na Pérsia, ou ameaçasse por qualquer maneira a segurança da U.R.S.S. a partir de bases em território persa, a União Soviética teria o direito de suprir à eventual incapacidade do governo amigo em reprimir tais atividades, fazendo entrar tropas em território iraniano". Em suma, recuperava

com essa cláusula os mesmos direitos de que alardeava abrir mão.

O acesso ao trono, em 1925, de Reza Shah Pahlavi ocorreu frente a esse "pacto de fundo", e a ação do novo monarca orientou-se tenazmente no sentido de dar ao Irã uma verdadeira independência. Isso levou-o a inevitáveis atritos com a U.R.S.S. e com a Grã-Bretanha, cedo despertando a atenção da Alemanha, onde o governo nazista recolhera a tradição da Alemanha Imperial no afã de retomar uma política de penetração no Oriente Médio. Ao irromper a Segunda Guerra Mundial a economia iraniana, com exceção do petróleo, achava-se sob forte influência, para não dizer dominação, alemã; situação aceita pelo Shah como meio de contrabalançar as influências da Grã-Bretanha e da Rússia, em nova expressão da "política pendular" que outrora visara equilibrar a influência destas duas últimas potências entre si. O resultado, porém, foi que em 1939 o Irã, oficialmente neutro, estava praticamente alinhado ao lado da Alemanha.

Irrompidas as hostilidades na Europa, e invadida a Rússia pelos exércitos alemães em 1941, tal situação tornava-se claramente inadmissível para os aliados. A um *ultimatum* anglo-russo seguiu-se a ocupação do país por forças das duas potências, dentro das respectivas "zonas de influência" tradicionais. Seguiram-se, ainda, a virtual deposição do soberano reinante, e a sua substituição por seu filho Mohammed Reza, muito jovem ainda, que concluiu com os ocupantes o Tratado Tripartite de Aliança de 29 de janeiro de 1942, pelo qual o Irã entrava em guerra ao lado de seus novos aliados, os quais, em contrapartida, se comprometiam a respeitar sua soberania e integridade territorial, e a evacuar o seu ter-

ritório no prazo de seis meses — prazo esse que se revelou algo elástico.

O primeiro ponto a reter é que o Tratado Tripartite reafirmava a configuração internacional do Irã como "Estado-tampão" entre os domínios da Rússia e os da Grã-Bretanha e, por definição, neutro entre elas. O segundo é que muito rapidamente ia surgir nesse teatro novo interlocutor para a Rússia, a saber, os Estados Unidos da América, substituindo-se à Grã-Bretanha no Oriente Médio pelo jogo do que a dialética marxista denomina "as forças objetivas da História".

A U.R.S.S. fez desde logo o possível por garantir sua posição hegemônica na área por meios ocultos, aproveitando a vantagem que faltava ao regime czarista e que a ela assiste, de poder acionar em outros países forças ideológicas internas à sua devoção. O Partido Comunista Iraniano — o "*Tudeh*" — foi um dos instrumentos de infiltração russa no Irã e, eventualmente, da subversão que levou, em nossos dias, à derrocada da Monarquia milenar.

O que a U.R.S.S. não podia prever — e que a levou a várias ações drásticas — era que o jovem soberano Mohammed Reza conseguiria dominar as forças de desagregação endêmica em seu país e fomentadas por Moscou (exemplo: o episódio Mossadegh) e, uma vez atingida a plena maturidade de suas qualidades de estadista, concentrar em suas mãos um grau formidável de autoridade e prestígio, imprimir ao país um ritmo sem precedente de desenvolvimento e de poder econômico em escala mundial e, com isso, afiançar uma presença militar de impressionantes proporções no Golfo Pérsico, emergindo como o árbitro da estabilidade na área e gravitando cada vez mais nitidamente para a órbita Ocidental. Apesar das repetidas garantias da

das pelo Shah de seu respeito à letra do Tratado Tripartite, e de seu escrúpulo em não arranhar os interesses da U.R.S.S. em sua área de influência histórica (as províncias do Cáspio) e muito menos sua segurança na área fronteiriça, o papel de policiamento que o Irã vinha assumindo no Golfo Pérsico era de natureza a contrariar a política de Moscou naquela região e a transgredir, aos olhos dos russos, o postulado de neutralidade do Irã.

Mais exatamente, a inesperada força do Irã como "potência emergente", com um poderoso e súbito impulso industrial e militar, particularmente desde o "boom" dos preços do petróleo, e o inesperado prestígio internacional do seu Soberano como "*primus inter pares*" no Golfo Pérsico, ameaçavam frontalmente secretas aspirações da U.R.S.S. Fato raramente citado, durante a breve lua-de-mel nazi-comunista do efêmero Pacto Von-Ribbentop-Molotov, a U.R.S.S. registrou em 25/26 de novembro de 1940 uma expressa reserva à aplicação do Pacto, no tocante ao Irã, estipulando o reconhecimento expresso da "região ao Sul de Batum e Baku em direção ao Golfo Pérsico, como O CENTRO DAS ASPIRAÇÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA". Pena que tão pouca gente, e tão poucos Governantes do Ocidente, conheçam a história diplomática de nossa própria época — quanto mais das anteriores.

No quadro dessas intenções, assim claramente expostas, a U.R.S.S. ousou, em 1944, solicitar a concessão da exploração de petróleo nas cinco províncias iranianas ribeirinhas do Mar Cáspio; e foi o Dr Mossadegh, então Deputado ao *Majlis*, quem tomou a iniciativa da Lei de Dezembro de 1944 que impossibilitou essa concessão.

Durante o quarto de século subsequente ao episódio, a política iraniana em relação à U.R.S.S. caracterizou-se por uma extrema prudência, prodigando ao poderoso vizinho garantias de neutralidade; mas a sua nova força, encontrada nos anos 70, sua súbita posição de prestígio e poder, derivada da conjuntura petrolífera e da agressiva política desenvolvimentista assim tornada possível, a transformação do país em potência cortejada pelo mundo inteiro pela sua riqueza e poder de decisão no quadro da O.P.E.P., configuraram indubitavelmente um poderoso obstáculo às aspirações da U.R.S.S., e, ao ver desta, uma violação do princípio das "zonas de influência" que é uma regra de política externa que ela aplica para si e reconhece em relação a terceiros com realismo sempre e com boa fé quando indispensável. A "implosão" do regime iraniano tornou-se, para o Kremlin, um imperativo vital, executado graças à hábil exploração das forças disruptivas internas já iminentes, criando entre o Cáspio e o Golfo Pérsico um "vácuo de poder" que interdita efetivamente a área toda à presença política e militar dos Estados Unidos da América.

Se, porém, a vitória da "Revolução Islâmica" arruinou as posições e esperanças dos E.U.A. no Irã, ela nem por isso traz à U.R.S.S. garantias positivas, dada a irresponsabilidade de dirigentes fanáticos, subservientes apenas a uma forma brutal e primária de obscurantismo religioso. Nessas condições, elementares considerações geopolíticas ditavam a Moscou a conveniência de assegurar-se o domínio estratégico da área, de vez que o novo quadro de modo nenhum lhe facilita no imediato o acesso à sua meta confessada — o Golfo Pérsico.

Um olhar à carta geográfica elucida a jogada seguinte da União Soviética. O Irã afeta a forma, *grosso modo*, de um triângulo retângulo, cujo ângulo reto é envolvido pelos territórios da U.R.S.S. e do Afganistão; a fronteira soviética se estende ao longo do cateto E - W, e a afgã ao longo do cateto N - S. Ocupado o Afganistão, o Nordeste do Irã passa a constituir um saliente estratégico, envolvido ao Norte e a Leste pelo dispositivo inimigo, e fica vulnerável, portanto, por dois lados a ala direita de qualquer dispositivo em território iraniano. É a manobra clássica de envolvimento pelas alas, sempre válida desde Anibal.

A ocupação soviética do Afganistão fora planejada e preparada de longa data; certamente desde que o Irã e o Paquistão ingressaram no sistema defensivo do C.E.N.T.O., sob a égide norte-americana. A partir de 1954 a U.R.S.S. passou a dedicar recursos importantes à "cooperação econômica" com o Afganistão, e continuou aumentando consideravelmente o volume dessa "ajuda" nos 25 anos seguintes. Durante esse quarto de século a U.R.S.S. financiou e construiu um sistema rodoviário de primeira classe, transitável mesmo no inverno, ligando os quatro cantos do Afganistão à rede rodoviária soviética. Esse verdadeiro anel rodoviário, no qual se inscreve todo o território afgão, parte da margem do rio Oxus, na fronteira com a U.R.S.S., defronte à cidade soviética de Termez. A via, partindo dali, atravessa o túnel de Salang para chegar a Cabul e dali prosseguir até Kandahar. Desta última cidade a rodovia dirige-se para o Norte até Herat, e dali novamente vai encontrar a fronteira soviética em Kushka. Dentro do quadrilátero formado por esse traçado rodoviário, foi construída toda uma rede de vias secundárias, bem

como aeroportos e pistas de aviação interligados por essas vias. A partir de 1967 intensificou-se notavelmente esse esforço de construção, e o porto fluvial de Termez adquiriu instalações de primeira ordem, de natureza a apoiar uma cabeça-de-ponte na margem oposta ao rio Oxus. Foi assim que, na semana de Natal de 1979, os blindados soviéticos puderam transpor o rio e trafegar velozmente por excelentes rodovias, construídas por engenheiros russos com verbas russas, e alcançar facilmente todos os seus objetivos em território afgão. Ao mesmo tempo, os aviões de transporte soviéticos desembarcavam tropas e material nos aeroportos construídos anos antes pela U.R.S.S. como "ajuda" ao Afganistão. Notável exemplo de oportuno e perfeito planejamento estratégico em apoio de objetivos políticos externos.

Completado este lance da manobra, vejamos as perspectivas que ele abre para outros lances no tabuleiro de xadrez da estratégia mundial.

Consideremos em primeiro lugar que a resistência nacional afgã, importante em termos morais, heróica em termos de risco para as populações, é irrelevante no plano global. É certo que dos 15 milhões de habitantes apenas 2 milhões vivem nas cidades, sob fácil controle das forças de ocupação. É certo que dos 13 milhões restantes, boa parte integra tribos pastoris semi-nômades, que poderão escapar quase indefinidamente à autoridade soviética, subsistindo com seus rebanhos nas montanhas menos acessíveis. É certo, enfim, que uma forma latente de rebelião nacional poderá persistir e mesmo desencadear ação esporádica de guerrilhas contra as tropas de ocupação, causando-lhes baixas. É não menos cer-

to, porém, que esse coeficiente de baixas será sempre aceitável, e o "kill-ratio" infinitamente favorável ao invasor, cada vez que se abalançar a ações retaliatórias. É indubitável, enfim, que a ação de forças afgãs, irregulares ou regulares, será incapaz de cercear apreciavelmente a mobilidade, o apoio logístico e a liberdade de manobra das forças soviéticas no Afganistão. Aliás, não seriam os russos, com sua obsessão histórica e acertada pela segurança de suas linhas de comunicação, que iriam se meter em um Dien-Bien-Phu.

Para convencer-se da tranqüilidade e da segurança com que operam os soviéticos no Afganistão, convém rememorar as etapas cronológicas de sua intervenção.

Em 27 de abril de 1978, o governo afgão, que empreendera uma ação repressiva contra a subversão comunista, é derrubado por um golpe de estado arquitetado pela KGB, e o Presidente Daud, sua família e seus colaboradores assassinados. O Secretário-Geral do Partido Comunista, Tarakki, assume a Presidência da República, e a U.R.S.S. reconhece imediatamente o novo governo e envia a Cabul 350 "assessores militares". O novo Ministro do Exterior, Hafizullah Amin, proclama em uma emissão radiofônica o papel decisivo do Partido Comunista na insurreição militar, informando que na Força Aérea e na Arma Blindada todas as unidades haviam estado "sob completo controle" de membros do Partido. Convém lembrar que, nos anos anteriores, de 200 a 300 jovens oficiais afgãos haviam sido convocados *cada ano* a seguir cursos na União Soviética.

Em março de 1979 movimentos anti-comunistas ocorrem. Hafizullah Amin é nomeado Primeiro Ministro, e intensi-

fica a repressão. Em junho os "assessores militares" soviéticos já são 2.000. Em julho chega ao Afganistão a primeira unidade combatente soviética, um batalhão aeroterrestre, que ocupa o grande aeroporto de Bagram, a 30 quilômetros da capital. No dia 5 de agosto chega a Cabul um visitante ilustre: o General Pavlovski, Comandante-Chefe das Forças Terrestres da União Soviética. O General Pavlovski era certamente a pessoa indicada nas circunstâncias, não só por sua função, mas porque fora ele, em 1968, o Comandante-Chefe das forças de intervenção soviéticas na Tchecoslováquia. Vê-se, por aí, que as Forças Armadas soviéticas não seguem a prática brasileira, de mandar para casa o mais cedo possível os chefes mais experimentados, em nome da "renovação dos quadros".

Em 16 de setembro, o Primeiro Ministro derruba e assassina o Presidente da República, e assume a Presidência. Entre 11 e 15 de dezembro, concentram-se na região de Moscou e também junto à fronteira efetivos militares e meios de transporte aéreo. No dia 23 de dezembro, o jornal *Pravda*, de Moscou, desmente categoricamente qualquer projeto de intervenção soviética no Afganistão. No dia 25 de dezembro, 300 aviões de transporte AN-12 e AN-22 começam a desembarcar tropas e material no aeroporto de Cabul e na base aérea de Bagram, inclusive viaturas blindadas BMD e BMP, armadas com canhões de 73 m/m. Nos dias 28 e 29 de dezembro quatro Divisões de Infantaria Motorizadas, apoiadas por unidades de carros de combate pesados T-54 e T-62 atravessam o rio Oxus, e, movendo-se velozmente através do Afganistão, dirigem-se para Cabul. Nos mesmos dias uma coluna blindada soviética atravessa a frontei-

ra afgã em Kushka, a Oeste, e ocupa a cidade de Herat e a base aérea de Shin-dand, a 100 quilômetros da fronteira. As operações terrestres tiveram cobertura aérea de duas Divisões da Força Aérea soviética, totalizando 400 aparelhos, inclusive caças MIG 21/23 e SU-17, e helicópteros de ataque MI-24.

No dia 28 de dezembro, ou seja, *no mesmo dia da invasão*, forças aeroterrestres soviéticas já dominavam a capital. O Presidente Amin fora fuzilado com toda sua família e seus colaboradores, e substituído por Babrak Karmel, dócil instrumento de Moscou. No momento atual, avaliam-se os efetivos soviéticos no Afeganistão em quatro a seis Divisões de Infantaria Motorizada e uma Divisão Aero-terrestre, sejam no mínimo 80.000 homens, com 1.700 carros de combate e 2.000 viaturas de transporte de Infantaria Blindada.

Em questão de dias, um exército soviético havia avançado 800 quilômetros para o Sul através do Afeganistão e havia alcançado posições a menos de 500 quilômetros do Golfo Pérsico. E assim surge o sentido principal da manobra efetuada. Agora, quais as possibilidades que ela desdobra?

O alvo é visivelmente, consistentemente, o Golfo Pérsico e, com ele, *o domínio de mais de dois terços das reservas de petróleo do mundo não-comunista.* Ao Sul das novas posições soviéticas, entre o Afeganistão e o Golfo Pérsico, estende-se uma região politicamente dividida entre o Irã e o Paquistão, mas etnicamente homogênea, habitada pelo povo Balutch que, frustrado em sua longa aspiração pela unidade e pela independência nacional, suporta com impaciência o domínio tanto do Irã como do Paquistão. Seria tanto mais fácil fomentar desde o Afeganistão as veleidades se-

paratistas da nação, quanto o extremo Sul do Afeganistão abriga populações dessa raça.

Nessa "*pátria irredenta*", como diria D'Annunzio, encontram-se sobre o Oceano Índico dois excelentes pontos: Chah-Bahar em território iraniano e Gevadar em território paquistanês. O primeiro vinha sendo dotado, pelo governo deposto do Irã, de facilidades portuárias e aéreas de primeira ordem. As obras do porto foram interrompidas em 1979, mas a base aérea está completa e pronta para funcionar, com uma extensão de pistas superiores, por exemplo, a do maior aeroporto britânico, Heathrow perto de Londres. Isso a 300 quilômetros, ou sejam alguns minutos de voo de um avião supersônico, do Estreito de Ormuz, apertado gargalo do Golfo Pérsico.

À luz dos acontecimentos no Afeganistão e do "socorro" tão pronta e drasticamente ali levado aos "elementos progressistas" do Afeganistão, é lícito pensar que não é inverossímil um "apelo espontâneo", captado em Moscou, de "elementos nacionalistas" do Baluchistão contra a "brutal opressão" paquistanesa, dando origem a uma "guerra patriótica de libertação" do tipo que a União Soviética tem notoriamente o princípio e a política de apoiar: veja-se Angola *et alia*.

A quem considerar absurda essa hipótese, convém lembrar que é exatamente o que *já ocorreu*, embora pouco noticiado no Brasil: no dia 26 de junho de 1978, no Iemen do Sul, ocorreu um golpe militar comunista que teve o imediato apoio da U.R.S.S.: aviões MIG pilotados por oficiais cubanos metralharam as forças leais ao Presidente Ali (que foi fuzilado mais tarde) e *navios de guerra soviéticos canhonearam as posições governamentais.* Foram esses, até a invasão do

Afganistão, os primeiros tiros disparados por forças soviéticas (e não por forças "escravas", cubanas ou outras) fora da área do Bloco Comunista. Resultado líquido: a U.R.S.S. tem hoje forças navais e terrestres baseadas na "República Democrática do Iemen", cobrindo a retaguarda da poderosa base soviética (ex-britânica) de Aden e ameaçando o flanco do Emirado de Oman, que ocupa a margem Sul do Estreito de Ormuz.

Fecham-se assim as pontas da tenaz soviética sobre o Golfo Pérsico. A U.R.S.S. está militarmente presente ao Norte e ao Sul do Estreito; Aden, ponto estratégico crucial, de onde a Grã-Bretanha dominou durante dois séculos a entrada do Mar Vermelho e o tráfego marítimo do Oceano Índico Ocidental, é hoje sede de um Comando Regional Soviético; e a opinião pública ocidental, cujo peso obrigou a Grã-Bretanha a evacuar Aden para fugir à pecha de "colonialismo" e de "intervencionismo militar", aparentemente não vê na presença militar soviética no mesmíssimo Aden nem "colonialismo", nem "intervencionismo militar": exemplo alarmante da dualidade de padrões que anestesia o Ocidente. Ou seja: os russos dispõem desde já em Aden de uma base naval e aérea com facilidades de primeira ordem, de onde apoiar uma investida sobre o Estreito de Ormuz, partida do Afganistão; não somente um fundeadouro adequado para uma esquadra e uma base aérea, mas também docas, armazéns, estaleiros de reparação, uma infra-estrutura industrial e uma força de trabalho especializada. Enquanto isso a Sétima Esquadra norte-americana, a cujas unidades incumbe a vigilância do Golfo Pérsico, tem sua base em Pearl Harbour, a *oitto mil e trezentas milhas náuticas* de distância do Estreito de Ormuz — *quinze*

mil quilômetros, ou 3/8 da circunferência da Terra...

Analisando a ação soviética no Afganistão e suas conseqüências, não se pode acusar a U.R.S.S. de duplicidade ou de má fé. Pode-se, isso sim, acusar os países ocidentais, e antes de tudo o governo dos Estados Unidos da América, de pusilanidade e de pasmosa ingenuidade. A União Soviética jamais escondeu o seu jogo, nem o modificou. Os seus objetivos são conhecidos, historicamente definidos, claramente declarados. A Rússia agiu dentro do que entende ser o seu direito: logo que em uma área, o Irã, onde lhe fora historicamente reconhecida uma legítima zona de influência, que mais tarde em sua totalidade fora tacitamente, e mesmo explicitamente estabelecida como área neutra no grande divisor de águas entre o seu império e aquela onde os Estados Unidos se haviam subrogado à Grã-Bretanha, deslizou para a área adversa, ela por sua vez cuidou de romper em seu próprio favor o equilíbrio na área contígua — o Afganistão, e de neutralizar a seu modo a primeira.

Em previsão disso, ela havia tomado de longa data as suas precauções, à vista de todos, ao construir no Afganistão uma rede estratégica de estradas e aeroportos, ao ministrar instrução profissional e educação política a várias centenas de oficiais afgãos *cada ano*, ao infiltrar a cúpula política e administrativa do país. Aos olhos russos isso, além de constituir a seqüência lógica de uma política três vezes secular de alastramento de seu domínio na Ásia Central, constituía decerto a contrajogada lógica para compensar o deslizamento do Irã para a órbita de influência norte-americana. Obtida, por outra parte, a "implosão" de um regime iraniano que distorcia a situação em detrimento da U.R.S.S., o esquema de se-

gurança defensivo e ofensivo da Rússia aconselhava a intervenção militar no Afeganistão, cingindo as ruínas do Irã dentro de um círculo de ferro. Não faltou sequer a legitimação jurídica da invasão, ao poder-se invocar um ato internacional em boa e devida forma, o Tratado de Amizade que previa o "socorro militar" soviético quando solicitado pelo governo afgão — o que ocorreu. Nada disso foi segredo em qualquer tempo, nada disso podia constituir surpresa. Para maior clareza, são inúmeras as manifestações de fontes autorizadas soviéticas revelando cristalinamente suas intenções. O jornal "Pravda", órgão mais oficial ainda do que os outros diários russos, escreveu em 22 de agosto de 1973 que a estratégia da "coexistência pacífica", erigida desde o tempo de Krustchev como "princípio fundamental" da política exterior soviética, era "uma estratégia de transição, enquanto não ocorresse a vitória completa e final do comunismo no plano mundial"; ou seja, um meio de fazer pender a balança do poder mundial para o lado da U.R.S.S., sem correr o risco de um enfraquecimento nuclear. Clausewitz, que muita gente cita mas poucos de fato leram, escreveu realmente que "a guerra é apenas a continuação da política por outros meios": em nenhum país do mundo é Clausewitz lido e comentado mais do que na U.R.S.S. O próprio Stalin, que lia pouco, mas agia muito, fazia-lhe freqüentes referências. O episódio da invasão e ocupação do Afeganistão foi um exemplo clássico do emprego concatenado e sucessivo dos meios políticos e dos meios militares para alcançar um mesmo objetivo, com articulação perfeita e precisão cronométrica.

Frente a tanta, e tão fria capacidade de organização e de ação, as lideranças

do conglomerado amorfo em que se transformou o extinto "Bloco Ocidental" permanecem desorientadas, acovardadas e apáticas. Confrontado com o catclisma iraniano, com a avalanche sobre o Afeganistão, o Ocidente reage timidamente, inadequadamente, patenteia sua incapacidade de fazer-se respeitar.

O governo soviético certamente contou nos seus cálculos com a fraqueza e a falta de coesão do Ocidente, e com a incapacidade de revide dos Estados Unidos da América. Afinal, estes já assistiram de braços cruzados a outras intervenções militares soviéticas além das fronteiras da U.R.S.S.: em Berlim-Leste, na Hungria, na Tchecoslováquia; porque iria o longínquo Afeganistão despertá-los de sua letargia, da obsessão de como evitar a guerra, mesmo à custa de abandonar aos russos todos os objetivos por eles cobicados. O Kremlin certamente previu isso — e acertou. Ele identificou nos E.U.A. o único exemplo em toda a História de uma grande potência militar que não somente se deixa impunemente ludibriar, insultar e humilhar por Estados de terceira ou quinta ordem de grandeza, como deliberadamente se abstém de defender os pontos estratégicos de mais vital interesse para ela.

Em linguagem militar chama-se "*linha de deter*" aquela que uma tropa, após haver combatido em retirada, não pode ultrapassar, por não ter condições além dela, de manobrar em profundidade; aquela onde ela vai fazer-se forte, resistir com todos os meios ao seu alcance, aceitar a batalha final, vencer ou morrer.

Resta ver em que ponto do globo os Estados Unidos da América vão traçar a sua "linha de deter"; ou se vão ceder aos poucos, sem combate, o que resta do mundo livre.

É hora de lembrar aos seus dirigentes, e aos de todo o Ocidente, declarações explícitas como a do Doutor Gregory Arbatov, perito soviético em Relações Internacionais e Presidente do Instituto Soviético de Assuntos Norte-Americanos, quando disse em 1975, a propósito da "détente":

"Os países socialistas (leia-se a U.R.S.S.) nunca se comprometeram, e não podiam se comprometer, a garantir o "status quo" social no mundo, NEM A DETER O PROCESSO DA LUTA DE CLASSES E DE GUERRAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL QUE DECORREM DAS LEIS OBJETIVAS DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA."